



# AH

## ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68  
2016

---

COLÓQUIO  
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

---



# O TERREMOTO DE 1755 A PARTIR DO CÓDICE 132 DO ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA

---

Rafael Marques Ferreira Barbosa Magalhães<sup>1</sup>, Alcía Duhá Lose<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia / rmfmagalhaes@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Bahia / alicialose@gmail.com

## Resumo

O *Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia* é um manuscrito que data do século XVIII, proveniente de Portugal, que foi doado ao Mosteiro de São Bento da Bahia por Cláudio de Britto Reis, advogado baiano que dedicou muitos anos de sua vida a estudar os feitos do Marquês de Pombal. Neste documento, é ricamente apresentada a trajetória política do Marquês de Pombal, inclusive as medidas tomadas para mitigar os efeitos do sismo de 1755, contando com oito capítulos dedicados a este assunto. Neste trabalho, serão apresentados, conforme o documento em questão, os efeitos causados pelo terremoto e pelo incêndio, o estado da população lisboeta, o estado das instituições e casas religiosas, as medidas adotadas pelo Rei para acudir à população, a participação do Marquês para a reestruturação após o desastre etc.

**Palavras-chave:** Sismo de 1755, Marquês de Pombal, Códice 132.

## Abstract

*Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia* is a 18<sup>th</sup> Century Portuguese manuscript, donated to the Benedictine Monastery of Bahia by Cláudio de Britto Reis, a Brazilian lawyer who studied for many years the acts of the Marquis of Pombal. The document richly presents the political trajectory of Pombal, the measures adopted to mitigate the effects of the 1755 earthquake, including eight chapters dedicated to it. This paper presents, accordingly to the document, the effects of the earthquake and the fire, the social consequences of the catastrophe and the state of lissabon institutions after it, as well as the king's measures to help the population and the concurrence of the Marquis to rebuild the country.

**Keywords:** 1755 earthquake, Marquis of Pombal, Códice 132.

## 1. INTRODUÇÃO

*“(…) as nove horas, e quarenta minutos da manhã, estando o ar sereno, o Ceo limpo, e quieto o már se sentio hum ruido subterraneo, a que logo se seguio o tremor de terra, que fazendo abalar todos os edificios, e abater hum grande numero delles, principalmente Igrejas, e Pallacios pois nas Cazas pequenas, e pouco fortes não fez tanta impressão deixou sepultados naquellas ruinas mais de doze mil homeñs e molheres” (Magalhães, 2016: 426).*

Assim é descrito o fatídico terremoto que marca a história portuguesa e completa 260 anos em 2015, às linhas de 10 a 20 do fólho 193r no *Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia*<sup>1</sup>.

Os arquivos eclesiásticos estão entre as principais fontes documentais a salvaguardar o conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história. Contudo, por serem acervos particulares e o conteúdo que encerram ser, inegavelmente, de interesse público e requerer cuidado e atenção especiais, o acesso à documentação é restrito e sujeito a regras e condições de segurança estabelecidas pelas instituições. Infelizmente, em sua maioria, tais instituições não dispõem de pessoal qualificado nem estão adequadamente instrumentalizadas para adequados conservação e manuseio.

Não obstante serem as ordens religiosas as principais fontes documentais a salvaguardarem a documentação histórica e o conhecimento produzido ao longo da história, *os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivo em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador* (Bacelar, 2008: 39).

<sup>1</sup> Em função da extensão do título, facultou-se referir-se a esse documento, apenas por *Códice 132*.

Os arquivos eclesiásticos, *“(…) mesmo sendo privados, devem ser abertos a todos aqueles que buscam pesquisar ou simplesmente conhecer o passado. Em linhas gerais, configuram-se como grandes problemas destes espaços:*

- I) *a ausência de inventários do conjunto e das séries documentais e itens bibliográficos existentes, configurando um desconhecimento total ou parcial do espólio de cada arquivo e biblioteca por parte dos responsáveis. Com a falta de inventários, quando de roubos, parcelas significativas destes acervos são extraviadas graças à dificuldade de provar a propriedade;*
- II) *a ausência de condições ideais ou mínimas para o depósito e conservação dos documentos referidos, levando consideravelmente a degradação dos mesmos, sendo que alguns espécimes estão praticamente em desaparecimento,*
- III) *a ausência de pessoal qualificado para os trabalhos arquivísticos e preparo das fontes para os consulentes.”* (Berto, 2012).

As instituições beneditinas, por sua vez, são herdeiras de uma tradição de preservação e conservação bibliográfica milenar, iniciada pelo próprio São Bento no Mosteiro de Monte Cassino, ainda no século V d. C. (Lose *et alii*, 2009: 17) e *O Mosteiro de São Bento da Bahia, atendendo às premissas de seu patriarca, é uma das instituições que, entendendo a importância de seu acervo para a comunidade, abriram suas portas a pesquisadores e imbuíram-se coletivamente no intuito de preservar e tornar acessível sua riqueza documental, permitindo que este e outros trabalhos possam estar sendo desenvolvidos.* (Magalhães e Lose, 2013: 178)

O mosteiro baiano assistiu e foi personagem da história da cidade de Salvador e do Brasil, *preservar a memória, portanto, é mais do que uma obrigação pra os monges beneditinos, é uma vocação, pois são tantos e tão valiosos os documentos presentes nos arquivos do Mosteiro de São Bento da Bahia que os acervos, juntamente com todo o complexo arquitetônico, mobiliário, pinacoteca, coleção de esculturas etc. foi tombado pelo IPHAN [Instituto*

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] como patrimônio histórico-cultural brasileiro (Andrade, 2010: 11).

Torna-se evidente que tais credenciais históricas fizeram do cenóbio baiano a escolha para a doação de um documento de valor histórico por Cláudio de Britto Reis, que se dedicou a estudar os feitos do Marquês de Pombal e escreveu diversas obras tendo-o como tema. Em todas as suas obras exorta, incisivamente, a memória e os feitos de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Em *Perfil do Injustiçado Pombal*, publicada por Reis em 1992, tem-se um capítulo inteiro dedicado à reprodução do conteúdo do manuscrito português. Em sua introdução ao “perfil”, Reis procede à instituição de uma defesa do estadista, pautando-se numa metodologia autointitulada “histórico-biográfica” (Reis, 1992: 14) contestando as críticas de Camilo Castelo Branco em *Perfil do Marquez de Pombal* (1900 [1882]), a que qualifica como “peça acrimoniosa com linguagem desabrida, inspirada no ódio e no baixo sentimento de vingança” (Reis, 1992: 15), o texto apresenta elementos que, pretende-se, desqualificariam Castelo Branco, expondo suas parcialidade e corruptibilidade. Além disso, é atribuído à “Viradeira”, frente político-ideológica que se levantou contra o despotismo esclarecido do Conde de Oeiras, o papel de corruptor ativo.

Aos partidários dessa frente foi imputada a tentativa de denegrir a imagem do político e, assim, demovê-lo do cargo e mitigar seus poderes, atribuindo-lhe, ainda, a responsabilidade pelos três acontecimentos históricos que marcaram a história e a subjetividade portuguesas no que concerne Pombal: 1. condenação e o suplício dos Távoras a 13 de janeiro de 1759; 2. expulsão dos jesuítas de Portugal a 03 de setembro de 1759; 3. a morte do padre Malagrida a 20 de setembro de 1761. Conclui, o autor, sobre o caso dos Távoras, “El Rei D. José I queria vingança” (Reis, 1992: 17); não poderia ser atribuída a sua majestade tão baixo e vil sentimento, eis que recaí sobre o “injustiçado” tal “culpa”.

## 2. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO DOCUMENTO

Desprovido de qualquer elemento indicativo de seu conteúdo, à exceção de uma inscrição em sua lombada, a saber “Portugal – Manuscrito do século XVIII”, acreditava-se tratar-se o Códice 132 de um tratado geral sobre a história portuguesa no dito século. Doado por um ex-oblato ao Mosteiro em 05 de novembro de 2006, fora adquirido pelo mesmo em julho de 1984 no Centro Antiquário do Alecrim em Lisboa, Portugal, pela quantia de \$50.000,00 (cinquenta mil Escudos Portugueses).

O documento é composto por cadernos manuscritos unidos através de cosedura, totalizando 360 fólios não paginados, escritos em recto e verso em quase sua totalidade, numa reencadernação em material artificial. As medidas do documento são 223 mm. de largura. 317 mm. de comprimento, 48 mm. de altura e a lombada 60 mm. A mancha escrita mede 261 mm. x 155 mm. no fólio 278r e o papel 300 mm. x 210 mm. A distância entre o papel e a capa é de 10 mm. x 8 mm. x 5 mm.

O papel avergoado apresenta uma cor amarelada devido à ação do tempo associada à umidade e ao mau uso, estando preservado em sua materialidade; pequenos rasgos na margem interna e evidências de ataques por papirófagos são as únicas máculas encontradas. O processo natural de contração e dilatação da matéria vegetal deixou rugas em todos fólios, além de o contato com a umidade ter provocado a oxidação da tinta, ocorrendo, muitas vezes, sua migração, sendo, também, possível ver a sombra da mancha escrita do recto no verso e vice-versa.

É necessário ressaltar que apesar de os fólios não serem numerados, um *Index*, que se estende por quatro fólios (a saber, *Index 1r* a *Index 4r*), precede o texto. Por meio dele foi possível identificar que falta ao documento uma parte denominada *Proemio*, que sucederia o *Index* e precederia imediatamente o texto. O estado da encadernação permite afirmar que se esta parte foi retirada do volume em questão, isso aconteceu antes da encadernação atual.

Escrito por um único *scriptor*, apresenta *ductus*, peso, inclinação (sempre à direita), módulo, espaço entre linhas e parágrafos, ângulo e forma das letras homogêneos, mantendo-se estáveis em todo o códice; a mancha escrita dispõe-se uniformemente sobre o papel, estabelecendo um padrão de margens rigorosamente respeitadas (Magalhães, 2016: 23).

Pode-se destacar, ainda, a rica ocorrência de abreviaturas, bem como de letras geminadas, a saber <ll>, <nn>, <pp>, <cc>, <mm>, <tt>, por exemplo; destaque-se não ser o papel pautado, a escrita é lançada adequadamente, “tendo, todos os fólios, em média, 29 linhas (poucas e raras exceções) (Magalhães, 2016: 26)”. Nota-se, ainda, a presença de reclamos ao longo do documento.

O descortinar de suas páginas revela tratar, o documento, dos feitos de Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Dedicam-se os dois primeiros capítulos do documento a explicar sobre seus dados natalícios e seu *début* como cortesão. Nato aos 13 de maio de 1699, sendo seus progenitores Manoel de Carvalho de Attaydes, Fidalgo da Casa Real, e D. Thereza de Mendonça, na “Vila de Cernacelhe” (hoje Vila da Ponte, uma freguesia do concelho de Sernacelhe), comarca de Pinhel no distrito da Beira.

No terceiro capítulo, o narrador propõe-se a discurrir sobre “assuntos difíceis e profundos”. Declarando viver na Corte e se ocupar da “especulação e análise” desses (Magalhães, 2016: 61-62), começa a tecer os fios das relações institucionais e a estabelecer um panorama do comportamento político da elite administrativa portuguesa, introito, nestas “memórias”, para o caos administrativo que encontrou o Reino Português quando do terremoto de 01 de novembro de 1755.

Exaltando a primazia das ações do então Secretário de Estado no sentido de viabilizar a coesão da máquina real a fim de tornar exequíveis as medidas necessárias ao reerguimento do Reino após a catástrofe, prossegue o documento numa rica e incessante narração da Portugal do século XVIII. Tomando os feitos administrativos do Conde de

Oeiras como fio condutor para o seu encadeamento, estabelece-se um novo paradigma acerca da administração pombalina, atribuindo-lhe o mérito pelo restabelecimento administrativo, político e financeiro. Emerge, então, um traço marcante na escrita desse documento, a elevação das virtudes do Marquês.

Ainda na esteira da personalidade e de seus atos, é oferecida uma nova perspectiva sobre a morte do padre Gabriel Malagrida e a expulsão dos Jesuítas, essencialmente atribuindo-lhes à simonia; o julgamento dos Távora, por sua vez, foi atribuído à exclusiva e irreversível vontade real. Para todos esses acontecimentos foram apresentados demonstrativos de boa vontade, virtude e retidão de caráter por parte do Marquês, a este cabendo, apenas, o papel de executor da ordem real, vindo a tornar-se *scape goat* na narrativa daqueles que adquiriram a benesse do poder. A despeito do senso comum ou, antes, de encontro a ele, esse manuscrito permite que se estabeleça uma defesa de Sebastião José de Carvalho e Melo ante a imagem de tirano e vil que se lhe recaiu ao longo dos séculos.

### 3. O TERREMOTO DE LISBOA

No capítulo 51, que se inicia ao fólho 193r, consta a descrição, citada na introdução a este texto, do fatídico terremoto (Magalhães, 2016: 426). No dia 1 de novembro de 1755, o terremoto assolou a cidade de Lisboa, levando ao chão muitos edifícios, principalmente igrejas e palácios, e à morte mais de doze mil pessoas.

O terremoto teve um impacto sociopolítico muito intenso. Reino tradicionalmente católico, foi instaurada em Portugal a ideia de que se tratava de uma manifestação da ira divina, visto que, tendo ocorrido em horário de missas, no dia de Todos os Santos, muitas pessoas morreram nas igrejas e edifícios de ordens religiosas destruídos, sem que tivessem oportunidade de fugir. Agravou a calamidade, o problema sanitário que se estabeleceu pela impossibilidade de dar tratamento adequado aos corpos das vítimas. Dentre os edifícios que foram destruí-

dos figuravam igrejas, conventos, bibliotecas, fórum, arquivos, dentre muitos outros.

No Capítulo 52, tratam-se as providências tomadas pelo Rei para acudir às necessidades dos habitantes. De acordo com o documento, Sebastião José expediu sucessivos avisos ao Cardeal Patriarca, ao Duque Regedor e ao Marquês Estribeiro Mor para que se conseguissem enterrar os mortos, tendo concorrido definitivamente para este fim as ordens religiosas. *“Il était à craindre que le grand nombre de cadavres qui se trouvaient amoncelés sous les décombres n’amenât la peste; il la prévint en les faisant brûler dans la chaux vive<sup>2</sup>.”* (Septenville, 1808: 70).

A fim de que se evitasse a falta de mantimentos, o Secretário de Estado nomeou inspetores para todos os bairros e expediu avisos ao Duque Regedor, ao Presidente do Senado e a ministros e fidalgos a quem mandou às terras donde provinham os mantimentos para que os providenciassem transportar a Lisboa. Ainda suspendeu a cobrança de taxas sobre os mantimentos e pescados, o que levou, em dezembro do mesmo ano, à abundância de alimentos. Também fez recolher os doentes que estavam internados no Hospital Real em instalações provisórias improvisadas.

Completa João Lúcio D’Azevedo:

*Às urgências da situação Carvalho acudiu com a firmeza e intelligencia que tornaram famoso o seu nome. Nas horas angustiosas, em que foi preciso proporcionar soccorros, mantimentos, abrigo, defesa; prestar consolo a milhares de creaturas, vendidas de terror; em fim, cuidar dos vivos e enterrar os mortos, na phrase syntetica, que lhe é attribuida; dos três ministros, Pedro da Motta, invalido, Diogo de Mendonça, fugitivo, elle foi só a dispor, agir e mandar. As celebres palavras pôde ser que as não preferisse. Mas, nesse caso, como em muitos outros da historia, o inexacto é mais verdadeiro que a realidade própria. O dito permaneceu na tradição*

---

<sup>2</sup> Tradução: “Temia-se que o grande número de cadáveres que estava amontoado sob os escombros trouxesse a peste, o que se preveniu fazendo-os queimar em fogo vivo.”

*como a formula de um caracter, e ficará para sempre vinculada ao nome de Pombal.* (Azevedo, 1990 [1922]: 143)

Com o esvaziamento da cidade, em função da calamidade, casas foram saqueadas e mesmo os pertences que os cadáveres portavam foram furtados, sofrendo os corpos de mutilação para que se retirassem anéis e brincos. Foi expedido um Decreto em 4 de novembro, em que se ordenava à justiça e instituições militares fizessem executar as sentenças dos acusados no mesmo dia, em razão de que mais de 200 pessoas foram enforcadas, acusadas de tais crimes (Magalhães, 2016: 430-431).

No Capítulo 53, apresentam-se os efeitos do terremoto e do incêndio nos prédios religiosos e as providências tomadas. A Basílica Patriarcal foi reduzida a cinzas e por não ter onde celebrarem-se os ofícios, Dom José I determinou que se o fizesse na Igreja de São Bento da Saúde e, posteriormente, em 7 de dezembro de 1755, na Ermida de São Joaquim. Tendo ocorrido outro tremor, no dia 21 daquele mês e ano, os ofícios passaram a ser celebrados em uma pequena barraca contígua à Ermida. Em 16 de junho de 1756, passou-se a celebrar o ofício em uma casa no Sítio da Cotovia.

A procissão de *Corpus Christi* aconteceu no terreno contíguo, estando os ministros sem paramentos, mas com hábitos corais. Realizaram-se obras até que se construísse um templo “nobilíssimo”, que pouco a pouco enriqueceu-se de ornamentos, pratas e preciosidades, substituindo as consumidas pelo fogo.

*“O Armador desta Igreja, Alexandre Franco Vicente, que tinha roubado muitas armaçoens della, se lembrou de afazer arder para senão descobrirem os furtos; pôz em execução asua maldita idéa, epegou ofogo aeste sumptuozo Templo em anoite de 12 de Mayo de 1769, que naõ havendo forças de o rebater, queimou toda algreja, prata, e ornamentos”* (Magalhães, 2016: 433).

Muitas outras igrejas tiveram suas atividades transferidas para outros lugares, e religiosos foram deslocados e realocados em outras casas religiosas.

204r	Antes de 1755	Depois de 1769	Em 1769	Em 1780	Mortos em 1755
A Bazílica Patriarcal					60,,
Nossa Senhora da Ajuda	600,,		2:194,,	1900,,	
Santo Andre	140,,	213,,	434,,	268,,	
Nossa Senhora dos Anjos	2140,,	2117,,	976,,	1770,,	
São Bartholomeo	140,,	51,,	454,,	380,,	45,,
Coração de Jêsvs			587,,	626,,	
São Christovaõ	280,,	220,,	267,,	284	
Santa Catharina	1874,,	1465,,	1220,,	1798,,	
Conceição	850,,	84,,	260,,	337,,	
Santa Cruz	332,,	251,,	229,,	363,,	
Encarnação	2072,,	720,,	1537,,	1855,,	3,,
Santa Ingracia	1330,,	1220,,	1466,,	1807,,	
Santo Estevaõ	1129,,	878,,	1103,,	938,,	
São Ioaõ	300,,		363,,	377,,	
São Iorge	58,,		1064,,	433,,	
São Iozé	1100,,	1250,,	1531,,	1483,,	
Santa Iusta	1940,,		589,,	780,,	
Santa Izabel	1460,,	2415,,	1107,,	2530,,	
São Iuliaõ	1600,,		696,,	629,,	30,,
Lapa			1083,,	1337,,	
São Lourenço	150,,	143,,	610,,	587,,	
Bazílica	896,,		188,,	308,,	20,,
Magdalena	800,,	4,,	162,,	232,,	139,,
São Martinho	30,,	30,,	105,,	97,,	7,,
Matires	1600,,		201,,	410,,	
Mercez	840,,	715,,	3120,,	1105,,	
São Mamede	300,,	12,,	653,,	749,,	40,,
Santa Marinha	200,,		473,,	269,,	
São Miguel	870,,	430,,	1000,,	696,,	

204v	Antes de 1755	Depois de 1769	Em 1769	Em 1780	Mortos em 1755
São Nicolau	2325,,	575,,	315,,	404,,	4400,,
São Paulo	1000,,	730,,	770,,	732,,	
Nossa Senhora da Pena	1336,,	1432,,	1366,,	1422,,	20,,
São Pedro	352,,	150,,	580,,	1297,,	100,,
Salvador	266,,	196,,	1389,,	210,,	
Santos	1800,,	2200,,	1619,,	1850,,	
Sacramento	642,,		640,,	690,,	75,,
São Sebastiaõ	680,,		747,,	821,,	
Socorro	1600,,	840,,	1402,,	892,,	4,,
São Thiago	120,,	120,,	146,,	195,,	
São Thomé	275,,	250,,	348,,	286	
São Vicente	544,,	490,,		262,,	

Nos fólhos 204r e 204v, consta a tabela reproduzida a seguir, em que se apresentam dados numéricos sobre a população das casas religiosas:

No capítulo 54, são apresentados, através de tabelas, os estragos causados pela calamidade nas ca-

sas religiosas masculinas e femininas listadas a seguir:

São Francisco da Cidade; De Tilheiras; De Chabregas; Menino Deus; Terceiros de Jêsvs; São Pedro de Alcantara; Santo Antonio do Cural; Da Carreira; Barbados Italianos; Barbados Franceses;

Graça; Colleginho; Penha de Franca; Monte Olive-  
te; Boa hora; Santa Rita; Saõ Vicente; Santo Antam;  
Saõ Roque; Saõ Patricio; Paraizo; Cotovia; Santo  
Borja; Senhora de Nazaré; Carmo; Remedios; Cor-  
pusChristi; H. do Pern<sup>co</sup>; H. do Mar<sup>m</sup>.; Trindade;  
Livramento; Paulistas; Boa Morte; Saõ Domingos;  
Ibernios; Saõ loaõ Nepomuceno; Saõ Francisco  
dePaula; Saõ loaõ de Deos; Necescidade; Saõ le-  
ronimo; Saõ Bento; Estrella; Desterro; Camillos;  
Espirito Santo; Santo Eloy; Beato Antonio; Meninos  
Orfaõs; Thomaristas; Saõ Caetano; Inglezinhos;  
Rilhafoles; SantaAnna; SantaApolonia; Calvario;  
Santa Clara; Esperança; Flamengas; Francezinhas;  
Madre de Deos; Santa Martha; Santa Monica; Santo  
Alberto; Conceição; Campolide; Mocambo; Anun-  
ciada; Bom Sucesso; Roza; Sacramento; Salvador;  
Bernardas; Inglezinhas; Encarnação; Santos; Da  
Conceição; Lazaro Leitaõ; Rilhafoles; Convertidas;  
Castello; Cardaes; Lapa; Do Menino Deos; Meni-  
nas pobres; Da Misericordia Nicd<sup>a</sup>.; Convertidas;  
Saõ Chrisptovaõ.

Já no Capítulo 58, tratam-se das providências tomadas por Sebastião José para o reerguimento da cidade. Mediante os conselhos de transferência da Corte para a cidade do Porto, e as ressalvas de inconvenientes, decidiu-se por estabelecer acomodações interinas no Sítio de Nossa Senhora da Ajuda. El Rey, por sua vez, escolheu o Sítio de Campo de Ourique, porquanto novas aquisições foram feitas, apesar de não se terem pago. As ruas foram abertas e/ou desentulhadas, as propriedades foram demarcadas e tombadas, para que se pudessem restituir aos proprietários o que lhes cabia. Por Decreto de 12 de julho de 1758, El Rey concedeu a jurisdição de todas as matérias concernentes à reedificação ao Duque Regedor, “remetendolhe o Plano para se regular o alinhamento das ruas, e reedificação das Casas, que se haõ de erigir na Cidade Baixa.” (Magalhães, 2016: 471).

Sebastião José, através de Decretos e Alvarás, implementou medidas com vistas a facilitar o processo de reconstrução da cidade, contratou Guilherme Stephens para construir fábricas de Cal, confirmado por Alvará de 3 de novembro de 1756 por

El Rey. Além disso, interveio-se em favor dos materiais necessários à construção para que se facilitasse seu comércio. Mandou demolir as barracas de madeira que serviam de acomodações interinas para a Polícia da Corte e, como se lê da linha 29 do fólho 217r à linha 5 do fólho 217v, “A 5 de Novembro de 1760 Decreto deo a distribuição das ruas, e Traveças que estão entre as praças do Comercio, e do Rocio, destinandolhe arruamentos taõ extraordinarios que methade bastariaõ para as Corporaçoẽs, que selhe destinaraõ.” (Magalhães, 2016: 472-473).

#### 4. PALAVRAS FINAIS

A Filologia é uma ciência muito antiga, que se ocupa de inumeráveis atividades de natureza hermenêutica para a análise e interpretação do texto, entendido como legítima manifestação cultural do povo que o produziu. Não por outra razão, Nietzsche alertava, em 1869, para a dificuldade que tanto os jovens cientistas quanto os círculos letrados encontravam na tentativa de definir a Filologia Clássica, localizando a razão dessa dificuldade “(...) *in dem vielspältigen Charakter derselben, in dem Mangel einer begrifflichen Einheit, in dem unorganischen Aggregatzustande verschiedenartiger wissenschaftlicher Tätigkeiten, die nur durch den Namen ‘Philologie’ zusammengebunden sind*”<sup>3</sup>.

Isso não significa que as atividades a que se dedicam os filólogos constituam um empreendimento desorganizado e sem orientação. O texto é a justa razão de ser dessa ciência intrinsecamente diversificada, pois o acesso a sua episteme requer a mobilização de diversos elementos constitutivos, conforme sua conveniência e as possibilidades e limitações de interpretação, como exemplifica Alfredo Bosi no prefácio à edição de 2007 da tese de Dom Paulo Evaristo Arns, A técnica do livro segundo São Jerônimo:

<sup>3</sup> Tradução: “(...) em seu próprio caráter muito diversificado, na falta de uma unidade conceitual, no aspecto de agregado inorgânico das diferentes disciplinas científicas que a constituem e que estão unidas somente pelo nome de ‘Filologia’.”

“(...) o estudo de uma série de elementos que vão desde o tipo de suporte usado (o papiro, o pergaminho, as tabuletas de cera com o estilete), até, na outra ponta, aspectos ligados à difusão da obra, passando metodicamente pelas etapas da redação e das várias modalidades de edição.” (Bosi, 2007: 8)

Neste percurso, o filólogo busca estabelecer a datação do documento, de sua escrita, identificar a língua em que fora urdido, o estado dessa língua, o suporte, quem foi o responsável pela escrita e quem foi o autor intelectual (se não forem a mesma pessoa), qual o seu conteúdo e como este conteúdo se insere historicamente na literatura conhecida (é necessário levar em consideração, também, a literatura específica da(s) área(s) do conhecimento de que o texto possa vir a tratar), dentre outros aspectos. Todos esses elementos fornecerão informações que possibilitarão o acesso à forma de pensar e à cultura do povo de onde esse texto é originário.

Os documentos têm um papel incontestável para a história da humanidade, já se tendo dito que “não existe história que não se funde sobre textos.” (Higounet, 2003 [1955]: 10). A função da Filologia é dar vida aos textos, principalmente àqueles a que o tempo torna cada vez mais inacessíveis, seja pelo estado da língua, pelo estado de conservação ou pela inacessibilidade, e extrair deles o máximo de informação possível, além de auxiliar em sua preservação por meio da elaboração de edições que atendem a critérios científicos rigorosos. Através deste trabalho, *O Códice 132* e muitos outros documentos poderão servir de fontes seguras para que se resgate a história desta calamidade que assolou Lisboa há 260 anos.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marla Oliveira (2010) – *Uma porta para o passado: edição de documentos dos séculos XVI e XVII do Livro I do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador. Dissertação de Mestrado em Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Salvador: Universidade Federal da Bahia (DVD), p. 342.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (2007<sup>2</sup>) – *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. São

Paulo: Cosac Naify, p. 8.

AZEVEDO, João Lúcio de (1990<sup>2</sup>) – *O Marquês de Pombal e sua época*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, p. 398.

BACELAR, Carlos (2008<sup>2</sup>) – “Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos” in Trespach, R. (org.) *O Lavrador e o Sapateiro: Memória, Tradição Oral e Literatura*. São Paulo: Contexto, pp. 23-79.

BERTO, João Paulo (2016) – *As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiásticos no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada*. História e-História, vol. 8. Campinas: Unicamp, pp. 1-15. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429> (consultado em 21 fev. 2016).

BOSI, Alfredo (2007<sup>2</sup>) – “Prefácio” in Arns, P. E. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, p. 8.

BRANCO, Camilo Castello (1900) – *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto: Lopes e Companhia.

HIGOUNET, Charles (2003) – *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 192.

LOSE, Alicia Duhá; PAIXÃO, Dom Gregório; OLIVEIRA, Anna Paula Sandes de; SANCHES, Gérsica Alves (2009) – *Dietário (1582-1815) do Mosteiro de São Bento da Bahia: edição diplomática e estudo filológico* (col. Célia Marques Telles). Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (disponível em <http://books.scielo.org/id/5h/pdf/lose-9788523209360.pdf>).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa (2016) – *Portugal – Manuscrito do Século XVIII: Edição do Códice 132 do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Salvador: [s. n.] (832p.).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa; LOSE, Alícia Duhá (2013) – “A Filologia do texto e para além do texto: conjecturas sobre o labor filológico suscitadas pelo Códice 132 do Arquivo do Mosteiro de São Bento da Bahia” in Zavam, A.; Araújo, N. (org.) *I Colóquio Nacional de Língua, Documentos e História. Diacronia e sincronia: diálogos possíveis* (Anais do Chronos). Fortaleza: EDUECE (pp. 172-181).

MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa (2012) – “Proposta de edição do Códice 132”. *Revista Philologus*, 53: 5-8. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, pp. 289-300.

REIS, Cláudio de Britto (1992) – *Perfil do Injustiçado Pombal*. Rio de Janeiro: Altiva Gráfica e Editora, p. 299.

SEPTENVILLE, Édouard de (1868) – *Étude historique sur le Marquis de Pombal: 1738-1777*. Bruxelles: Typographie de M. Weissenbruch, p. 256.



